
COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE CAMPINAS
REDE MUNICIPAL DR. MÁRIO GATTI DE URGÊNCIA, EMERGÊNCIA E HOSPITALAR
03 de fevereiro de 2020

Início às 19:30h. Finalizado às 20:45h.

Presentes:

Integrantes da Comissão: José Paulo Almeida - usuário HMMG (titular), Maria Helena Nogueira - usuária CMS (suplente), Camila S. do Couto – gestão CMS, Nayara Oliveira - usuária CMS (titular), José Augusto V. Neto - trabalhador CLS Ouro Verde, Luciano Fuzzato - gestão PA Anchieta, José Pedro Baldo - trabalhador CMS, Claudinis C. Santos - trabalhador CLS HMMG

Convidados: Esequiel Gonçalves - usuário CLS HMMG, Moisés Xavier - usuário CLS HMMG, Eliana F. P. Fernandes - gestão SMS, Stefane C. P. Oliveira - usuária SMS

Justificaram ausência: Vera, Alcides, Vilma, Antônio Filetti, Terezinha, Denise e Valdir.

Nayara começa a reunião explicando como iniciou a comissão de acompanhamento da Rede Gatti, tendo como objetivo o controle social dos serviços da Rede, uma vez que quando se fala Conselho Local, diz respeito à apenas um serviço. Como no caso são vários serviços envolvidos, não teria como ser um conselho local, então optou-se pela comissão. Em 24 de junho de 2019, mudou-se a legislação a respeito do Conselho Municipal de Saúde para possibilitar a criação da Comissão de Acompanhamento. Relata também que, juridicamente, a Rede Municipal Dr, Mário Gatto de Urgência, Emergência e Hospitalar não poderia ter sido criada, devido ao duplo comando do SUS.

Para formação da comissão, cada conselho local e municipal indicam os representantes, não necessitando de votação, sendo 4 trabalhadores titulares e 4 trabalhadores suplentes. Encaminhado comunicado em 31/10/2019 sobre a criação da Comissão (Ofício CMS nº 180/19).

A presidência da Rede Mário Gatti ainda não indicou representantes da gestão de vários CLS e alguns conselhos locais estão se constituindo (SAMU e UPA São José).

Definiram-se:

Coordenadora: Nayara

Coordenador Adjunto: José Augusto

Relatora: Camila

Pautas:

1º Funcionamento e regimento da Comissão

2º O que pautar na Comissão

1o ponto:

José Augusto questiona se é necessário criar um regimento para esta Comissão Permanente do Conselho e Nayara relata que as outras comissões existentes seguem o regimento do Conselho Municipal de Saúde.

Nayara lê o Artigo 14 da Lei do CMS, onde diz que as comissões não têm caráter deliberativo, deverão ser compostas por no máximo 5 membros (trabalhadores, usuários e gestores), podendo ser conselheiros titulares e suplentes. É possível uma composição diferente, caso a mesma seja aprovada, conforme consta na alteração do Regimento realizada para este caso. Não é possível se ausentar em 2 reuniões consecutivas ou 4 reuniões não consecutivas sem justificativa.

Nayara explica que as comissões podem funcionar sem regimento específico, se respaldando no do Conselho Municipal. Todos concordaram que não haveria necessidade de criar um novo regimento para esta Comissão.

É solicitado que conste em ata que os trabalhadores tenham a garantia de participação nos dias das reuniões (será providenciado um cronograma de reuniões para todos os participantes). É relatado um exemplo da Vera, trabalhadora da UPA Campo Grande que não pôde participar por conta de não ter sido liberada do plantão.

Esequiel coloca que, no CLS HMMG, ficou acordado que os trabalhadores que estivessem em horário de serviço, poderiam se ausentar no horário estipulado da reunião, retornando às atividades após.

Nayara sugere que a Comissão faça uma comunicação para a gestão para que todos os trabalhadores representantes nesta comissão sejam dispensados do serviço no horário da reunião.

Define-se a primeira segunda-feira do mês para a reunião ordinária da Comissão, no período das 19:00 até às 20:30h., na sala RUTE (prédio administrativo do HMMG). Esequiel se compromete a reservar a sala nas datas indicadas. Excepcionalmente a próxima reunião será na segunda segunda-feira, dia 09 de março, para ser após a posse do novo mandato do CMS.

2o ponto:

Nayara relata que foi produzido um Relatório Específico da Conferência Livre de Urgências em parceria com a Rede Brasileira de Cooperação em Emergências, que contempla várias propostas que poderiam subsidiar as discussões desta Comissão. Fala também do relatório da 11a Conferência Municipal de Saúde, onde também constam propostas relativas aos assuntos da Comissão. A mesma fica de encaminhar no grupo de mensagens da Comissão.

José Augusto aponta que a comissão também tem que estar aberta para discutir o assunto da atenção hospitalar.

Luciano solicita que, junto ao envio da ata, sejam anexados os relatórios que servirão de base para a discussão. Informa, também, que a promessa é que a UPA Carlos Lourenço abra 24 horas, com a possibilidade de também atender pediatria. Informa que na Câmara foram aprovados 600 cargos, mas que só foram chamados 150. Questiona os 450 cargos restantes. Segundo o mesmo, não é possível fazer o concurso para a Rede Gatti, pois o convênio tem o prazo de apenas 12 meses.

Luciano explica que no PA Metropolitano irão ser utilizados os trabalhadores do PA Anchieta, sendo que hoje só existe possibilidade de abrir com metade de 1 andar funcionando (serão 3 andares no total), considerando este número de trabalhadores existentes.

Moysés coloca que Dr. Marcos Pimenta disse que não haveria abertura do Carlos Lourenço pois não havia dotação orçamentária e que os 600 trabalhadores seriam para os serviços já em funcionamento da Rede.

Luciano diz que até setembro o PA Metropolitano estará funcionando e que os trabalhadores do PA Anchieta estão muito preocupados com a sobrecarga. Propõe a cobrança de repasse financeiro, das outras cidades que serão atendidas no PA Metropolitano.

Ezequiel explica que o valor per capita de Campinas já prevê o atendimento de usuários de outras cidades da região.

Eliana informa que Campo Grande e Carlos Lourenço não estão habilitados e que a verba do Carlos Lourenço está sendo toda do município.

Nayara sugere que a Comissão solicite à Rede Gatti um planejamento e cronograma de realização de concurso público, inclusive para o Ouro Verde.

José Augusto diz que no Ouro Verde tem RH mas não tem organização, que houve uma quarteirização da equipe, sendo contratados profissionais via CLT com salários inferiores aos anteriores pela VITALE. São 17 empresas diferentes e os fluxos estão muito difíceis devido à rotatividade de trabalhadores, "tudo desconjuntado". Pede que a bandeira a ser defendida por esta Comissão seja concurso público para o Ouro Verde. Informa que a taxa de mortalidade hospitalar no Ouro Verde é vergonhosa, isto é, de 7,5%; e que isso é inaceitável e injustificável, sendo difícil saber por onde começar o trabalho para modificar isso.

Nayara solicita informações de qualidade para avaliar os serviços e diz que a Prefeitura respondeu de maneira distorcida em relação à taxa de mortalidade, informando que 18,2% é uma média aceitável. Segundo a mesma, este valor não é a média e sim o máximo aceitável para instituições de cuidados paliativos conforme consta no Manual da ANS (<http://www.ans.gov.br/images/stories/prestadores/E-EFT-02.pdf>), que não seria o caso dos hospitais do município. Sugere que esta comissão solicite esta informação, da série histórica do Ouro Verde e HMMG (desde 2008, através da CSAPTA), de mortalidade institucional para que consigam comparar as duas unidades.

Ezequiel propõe que se pegue os dados de um hospital secundário para comparar com o Ouro Verde.

Stefane coloca preocupação com a rotatividade dos funcionários, comprometendo a qualidade da assistência prestada e podendo influenciar na mortalidade.

Providências:

- Solicitar o plano de trabalho de contratação para os serviços da Rede Gatti.

-
- Fazer um ofício para CSAPTA solicitando série histórica da mortalidade institucional do Mário Gatti e Ouro Verde, desde 2008. Dados de total de atendimento, média de permanência, taxa de ocupação e taxa de mortalidade geral e por clínica. José Augusto se dispõe a fazer o ofício para CSAPTA.
 - Fazer um ofício para a Presidência da Rede Mario Gatti em relação à previsão de concurso público. Nayara se dispõe a fazer este ofício e informa que Cecílio irá assinar ambos pelo Conselho Municipal de Saúde.

Cronograma das reuniões da Comissão Permanente de Atenção Hospital e Urgência e Emergência

Local: Sala da Rute (3o andar do prédio Administrativo do HMMG) **às 19h**

Dias: 09/03/2020, 06/04/2020, 04/05/2020, 01/06/2020, 06/07/2020, 03/08/2020, 14/09/2020*, 05/10/2020, 09/11/2020*, 14/12/2020*

(*) remarcado para segunda seguinte em função de feriados na 1a segunda feira do mês.